

**O BRASIL E A CRISE ALIMENTAR DE 2008:
OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E A SEGURANÇA
ALIMENTAR**

Emilia Jomalinis de Medeiros Silva¹

Resumo

No ano de 2008, a comunidade internacional voltou suas atenções para o fenômeno do aumento do preço dos alimentos e suas consequências negativas para a erradicação da fome. Segundo dados do Banco Mundial, nos últimos três anos, os preços dos alimentos subiram, em média, 83%. O presente trabalho busca analisar os fatores indicados como causas da escalada dos preços e apresenta o posicionamento de importantes atores nacionais e internacionais. O artigo tem, ainda, como objetivo mostrar como a questão da segurança alimentar é tratada no Brasil e em que medida os modelos de desenvolvimento rural devem ser redefinidos de forma a assegurar a alimentação mundial. Atualmente, o governo brasileiro defende os interesses do agronegócio exportador, porém ao mesmo tempo desenvolve programas sociais que fortalecem a agricultura familiar, atualmente responsável por 70% dos alimentos domesticamente consumidos. O debate acerca desses dois modelos de agricultura também está presente em nível internacional e, ao mesmo tempo em que é reconhecida a importância de ambas, resta a dúvida da possibilidade desses dois modelos coexistirem. Sem a intenção de procurar respostas claras para as questões lançadas, o trabalho tem como principal objetivo socializar ideias e trabalhos recentes, que contemplam as temáticas em questão.

Palavras-Chave: Crise alimentar; agricultura; segurança alimentar; agricultura familiar; direito à alimentação.

Abstract

In the year of 2008, the international community came back its attentions towards the phenomenon of the increase of the food prices and its negative impacts for the eradication of hunger. According to World Bank data, in the last three years, the prices of foods had gone up 83% on average. The present

¹ Emilia Jomalinis de Medeiros Silva é estudante do curso de Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.

work analyzes the indicated factors as causes of the escalating of prices and presents the position of important national and international actors. Also, the article aims to show how the alimentary security issue is treated in Brazil and if the agricultural models of development should or not be redefined to ensure alimentary security. Currently, the Brazilian government defends the interests of the agribusiness sector. However, at the same time, it develops social programs that fortify the family farming, responsible for 70% of foods internally consumed. These two possible models of agriculture are also placed in international level and, at the same time that the importance of these two activities is recognized, it remains the doubt whether the coexistence of these two models is possible. Without the intention of answering those questions, the work has as its main objective to socialize recent ideas and works that contemplate the issue in question.

Keywords: Alimentary crisis; agriculture; alimentary security; familiar agriculture; alimentary rights.

“(…) uma prova evidente da incapacidade das organizações culturais vigentes, em satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas – a necessidade de alimentos.”
Josué de Castro, 1946

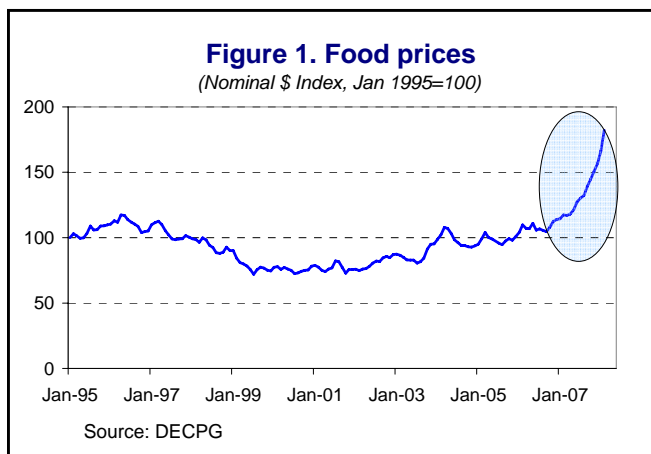
Formatted: English (U.S.)

1. A crise dos alimentos

No primeiro semestre de 2008, o mundo presenciou uma alta generalizada no preço dos alimentos. Grãos como trigo, milho, arroz e soja duplicaram, em média, o seu preço no mercado internacional entre a safra de 2006 e hoje.

O preço das *commodities* cresceu de forma significativa entre 2004-2006: o preço do milho subiu 54%, o trigo 34%, a soja 71% e o açúcar 75%. Porém essa tendência se acelerou ainda mais em 2007. O preço do trigo cresceu mais de 35% e o preço do milho cresceu 28% desde a safra de 2006 (United States Department of Agriculture, 2008). Segundo relatório do Banco Mundial, de abril de 2008, nos últimos três anos, os preços dos alimentos subiram em média 83% (World Bank, 2008a). Essa tendência trouxe graves consequências para os mais

pobres, aumentando o número de pessoas com fome no mundo.



Fonte: FMI.

A crise alimentar também apresenta uma divisão geográfica. A geografia da fome, expressão consagrada por Josué de Castro, em 1946, apresenta-se atualmente da seguinte forma em nível internacional: os países mais vulneráveis à crise foram os importadores líquidos de alimentos e, desses, 70% são países em desenvolvimento. Dados da FAO estimam que o aumento no preço dos alimentos ampliou em 10% a pauta de importação dos países em desenvolvimento entre 2005 e 2006. Em 2007, a pauta de importação desses países cresceu cerca de 30% (United States Department of Agriculture, 2008). Em abril de 2008, os 37 países que pediram assistência externa, em decorrência do aumento do preço dos alimentos, 21 eram africanos (Lesoto, Somália, Suazilândia, Zimbábue, Eritréia, Mauritânia, Serra Leoa, Burundi, República Centro Africana, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Gine, Gine-Bissau, Quênia, Sudão e Uganda), 10 asiáticos (Irake, Afeganistão, República Popular Democrática da Coréia, Bangladesh, China, Nepal, Sri Lanka, Tajiquistão, Timor Leste e Vietnã), cinco latino americanos (Bolívia, República

Dominicana, Equador, Haiti e Nicarágua) e um europeu (Moldávia) (FAO, 2008).

O direito à alimentação adequada é reconhecido no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotada em 16 de Dezembro de 1966 (interpretada pela Convenção como um direito econômico, social e cultural). Essas prescrições são complementadas pelas Diretrizes Voluntárias em apoio à Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional adotadas pelos Estados-membros do Conselho Geral da FAO em 2004.

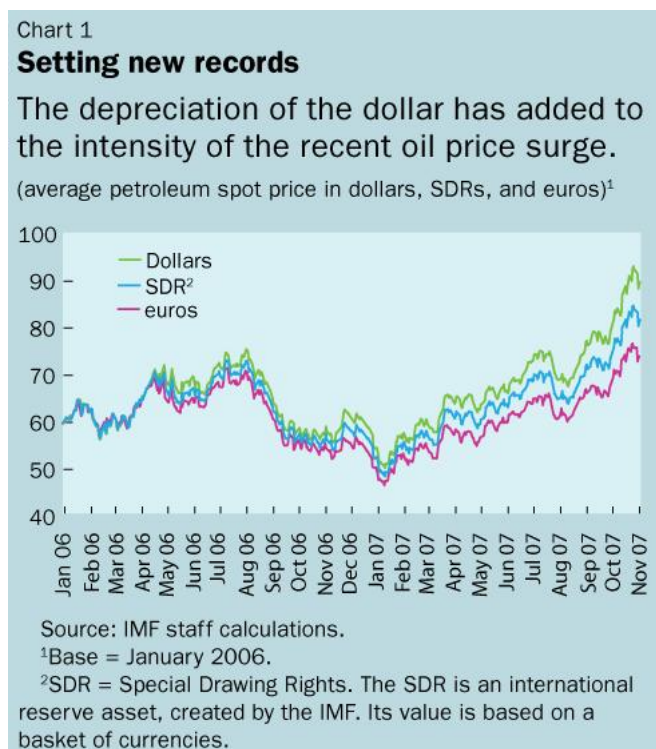
O primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, a ser alcançado em 2015, é a erradicação da extrema pobreza e da fome. Porém esse novo cenário estaria ameaçando os últimos ganhos em redução da pobreza e da má-nutrição (World Bank, 2008b). Entre 1990 e 2005, houve uma queda no número de crianças mal nutridas abaixo de cinco anos, de 33.5% para 24.1% (World Bank, 2008c). Da mesma forma, no caso brasileiro, um dos poucos países a cumprir antes do prazo o compromisso lançado na Declaração do Milênio - de redução de 50% do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, de 14 para 7,5 milhões de pessoas - o aumento do preço dos alimentos poderia comprometer esses avanços.

No momento em que a crise tornou-se o grande foco da mídia internacional e nacional, muito se escreveu e se especulou sobre ela e suas possíveis causas. O consenso entre especialistas e agências internacionais envolvidas é de que um só fator não é capaz de explicar o fenômeno: a alta dos preços tem causas multidimensionais que, juntas, levaram ao atual cenário. As análises se diferenciam quanto ao grau de importância que dão para as causas identificadas. Da mesma forma, poucos entendem a crise como passageira. Para uma compreensão da crise, é preciso entender quais são as possíveis causas e em que medida elas comprometem a segurança alimentar mundial.



1.1 - Petróleo

O progressivo aumento do petróleo é indicado como um dos fatores para a elevação no preço dos alimentos. A produção agrícola com base no monocultivo demanda grande quantidade de combustível na utilização de máquinas, tratores e transporte de alimentos. Assim, com o aumento do preço do petróleo, o preço final do alimento também fica mais caro. Enquanto em abril de 2007 o preço do barril do petróleo era negociado a US\$ 60, tivemos em julho de 2008 um pico de US\$140 (UOL, 2008).



Fonte: International Monetary Fund, 2007.

1.2 – Aumento da demanda por grãos

O crescente aumento populacional, sobretudo na China e na Índia, aumentou a demanda por alimentos². Além de mais pessoas comendo, elas também estão comendo melhor. É importante ressaltar que o aumento do consumo de carne pela população mundial influencia, fortemente, a demanda por grãos. Para a produção de um quilo de carne são necessários, em média, sete quilos de grãos.

1.3 – Especulação no mercado financeiro

O primeiro semestre de 2008 foi um momento conturbado para a economia financeira global. Com a queda do dólar e a crise no setor imobiliário norte-americano, muitos *players* do mercado aplicaram seus ativos financeiros em *commodities* agrícolas, que se tornaram uma opção atrativa para a maximização de lucros. Muitos fundos têm usado as bolsas de mercadorias para especular com a antecipação da compra de safras futuras em busca de melhor rentabilidade. Assim, alguns apontam que esse aumento no preço dos alimentos está intimamente ligado às atividades especulativas na Bolsa de Chicago, centro mundial de transação de *commodities* agrícolas.

Há, ainda, a questão da cartelização dos alimentos. O mercado de sementes é concentrado em poucas empresas e isso facilita a especulação. Com poucos atores envolvidos, torna-se mais fácil a manipulação dos preços. Ao mesmo tempo em que a crise se desenrolava, grandes corporações que trabalham com sementes apresentaram lucros exorbitantes. Enquanto os consumidores sofriam com a crise dos alimentos, grandes empresas transnacionais do setor de alimentos obtiveram, em 2007, lucros significativamente maiores do que os obtidos em 2006.

A organização GRAIN, Organização Não Governamental que promove o gerenciamento sustentável do uso da biodiversidade agrícola, fez uma

² O consumo de carne cresceu 100% na China, 70% no Brasil e 20% na Índia, nos últimos 15 anos.

pesquisa e divulgou os lucros auferidos por grandes empresas de grãos (GRAIN, 2008). Segundo a organização, todas as grandes empresas que trabalham com grãos e fertilizantes têm aumentado seus lucros.

Company	Profits 2007 (US\$ million)	Increase from 2006 (%)
Cargill (US)	2,340	36%
ADM (US)	2,200	67%
ConAgra (US)	764	30%
Bunge (US)	738	49%
Noble Group (Singapore)	258	92%
Marubeni (Japan)	90*	43%*

Source: Compiled from corporate reports

**Data is for Marubeni's Agri-Marine division only.*

Absent from this list is Louis Dreyfus (France), a private agricultural commodities trader with annual sales in excess of US\$22 billion, which does not report its profits.

Fonte: GRAIN, 2008.

1.4 – Questões climáticas

A seca na Austrália e safras ruins devido a questões ambientais em países europeus em 2006 e 2007 também são apontados como fatores que contribuíram para a crise. Dos 37 países em situação mais séria em relação à crise dos alimentos, 22 sofreram por condições climáticas adversas na última safra.

As questões climáticas chamam a atenção, já que as projeções de órgãos internacionais indicam mudanças significativas no clima mundial. Nos relatórios do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change* - Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, 2007) os possíveis futuros cenários de clima indicam uma tendência à aridização de regiões áridas/semiáridas em países como, por exemplo, o Brasil. Há também projeções acerca do aumento da temperatura global, que potencializa a desestabilização dos cenários agrícolas. O

IPCC (2007) considera que as alterações no clima são “muito provavelmente” causadas pela ação humana (por muito provavelmente, entende-se 90% de chances).

1.5 – Biocombustíveis

O Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) teve início em 1975, como consequência das altas variações no preço do petróleo. O programa fez do Brasil um pioneiro no desenvolvimento de energia a partir de biomassa. A produção da cana-de-açúcar, produto base do programa, aumentou 600 milhões de litros por ano em 1975 e mais 3,4 bilhões de litros por ano entre 1979 e 1980 (Wilkinson; Herrera, 2008). Porém, com a gradual normalização do preço do petróleo, a produção de álcool desacelerou e o programa entrou em colapso.

Nos dias de hoje, novos fatores vêm impulsionado, uma vez mais, a produção de etanol a partir da cana, abrindo novas perspectivas para o mercado global de álcool. Atualmente, o Brasil produz 17 bilhões de litros de álcool e 26 milhões de toneladas de açúcar. As projeções é que esses números cresçam e a produção de álcool chegue a 27 bilhões de litros e a de cana a 33 milhões de toneladas, até 2010. A retomada desse setor está sendo liderada, majoritariamente, pelo setor privado (Wilkinson; Herrera, 2008).

O debate sobre biocombustíveis está dentro do contexto da adoção de energias renováveis que permitem que países em desenvolvimento contribuam na mitigação das mudanças climáticas. Alguns apresentam os biocombustíveis como uma estratégia de desenvolvimento rural para os países agroexportadores. Contudo, não se sabe em que medida o crescimento na demanda de biocombustíveis diminuirá a quantidade de terras e água para a produção de alimentos (Moreno, 2008).

Dentre os muitos fatores para a alta dos preços, a utilização de terras para produção de biocombustíveis é apontado por alguns como um dos fatores responsáveis. Este é, talvez, o mais polêmico influenciador na escalada dos preços. Quando tratamos do impacto dos biocombustíveis

na crise alimentar, as opiniões internacionais se encontram bastante divididas.

Segundo estudo do Banco Mundial, a produção de biocombustíveis contribuiu para o aumento do preço dos alimentos por meio do aumento da demanda de matérias primas como trigo, soja e milho, e de terras agriculturáveis. Quase todo o aumento na produção de milho entre 2004 e 2007 (período em que o preço do grão cresceu rapidamente) foi destinado para a produção de biocombustíveis nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, os estoques existentes esgotavam-se por conta do aumento do consumo global. De 2004 até 2007, a produção global de milho cresceu 51 milhões de toneladas ao mesmo tempo em que o uso de biocombustíveis nos EUA aumentou 50 milhões de toneladas e o consumo global para outros usos, 33 milhões de toneladas. Isso gerou um declínio nos estoques de 30 milhões de toneladas (Mitchell, 2008).

Os EUA utilizam pouco menos que 10% da produção mundial de milho para o etanol. Esse valor é o equivalente a duas safras brasileiras de milho. A elevação dos preços do milho no México, Guatemala e EUA, em 2007, pode ser caracterizada como um indício de que a política de utilização do milho para produção de energia pode comprometer o preço de produtos alimentares (Marcatto, 2008).

Jean Ziegler, responsável pela relatoria especial da ONU para Direito à Alimentação até meados de abril, foi um dos críticos mais enfáticos dos biocombustíveis. Ziegler classificou a crise como uma *"verdadeira tragédia"* (Land Research Action Network, 2008). Para ele, a transformação em massa de alimentos em combustível provocou a escalada dos preços de produtos básicos. Segundo ele, uma moratória imediata por pelo menos cinco anos na produção de biocombustíveis deveria ser estabelecida.

A escalada dos preços fez os programas de assistência humanitária perderem 40% do seu poder aquisitivo em três meses, diminuindo o número de alimentos destinados para pessoas em situação de fome.

Atualmente, sete milhões de pessoas dependem da ajuda do Programa Mundial de Alimentos. Além da política norte-americana, a diretiva da União Européia de destinar 10% do seu consumo energético aos biocombustíveis em 2020 também contribuiu para a crise, segundo a perspectiva crítica aos biocombustíveis. A especulação, por sua vez, seria responsável por 30% do aumento. Sua crítica mais dura foi à política “aberrante” do FMI que leva ao desenvolvimento de culturas de exportação como alternativa para a redução da dívida externa dos países, em detrimento de agriculturas de subsistência. (Folha de São Paulo, 2008).

Por outro lado, os países que produzem culturas voltadas para os biocombustíveis buscaram mostrar que esse fator é apenas mais um na crise e que não existe a necessidade de retrainir essa política. O governo brasileiro aponta os biocombustíveis como uma solução para os problemas ambientais de emissão de gases do efeito estufa. Uma energia mais limpa estaria alinhada aos princípios de sustentabilidade.

Para o COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia -, um dos atores nacionais que mais agrega conhecimento sobre a produção de cana para geração de energia, os biocombustíveis são apenas “*uma gota no oceano desse cenário de aumentos*”. Sobretudo no caso brasileiro, ainda são poucas as terras voltadas para a produção de etanol e, devido ao tamanho do país, a expansão da cana não faria concorrência com a produção de produtos alimentícios, não interferindo na fronteira agrícola da produção alimentar. Os defensores dos biocombustíveis como um fator não determinante no preço dos alimentos mostram que a participação do biocombustível na matriz energética mundial ainda não ultrapassa a casa de 1,2%. Da mesma forma, no Brasil, a área plantada destinada para produção de biocombustíveis é de 1% (COPPE, 2008).

Já o caso do etanol dos Estados Unidos, fabricado a partir da cultura do milho, a relação dos biocombustíveis e preço dos alimentos é um pouco mais evidente: o milho é uma cultura alimentar e parte da sua produção está sendo desviada para a produção do etanol. A redução na oferta do

milho teria ajudado na elevação dos preços, gerando um processo em cadeia: o consequente aumento do preço da ração dos animais leva ao aumento do preço da carne.

A relação entre biocombustíveis e crise alimentar ainda é controversa, pois em tempos em que mudanças climáticas e consequências do efeito estufa parecem irreversíveis, há a necessidade de se diversificar a matriz energética mundial. Assim, alguns apresentam a questão como um *trade-off* segurança alimentar versus segurança energética e redução de emissão de gases do efeito estufa.

O Brasil é um ator-chave nessa discussão, por diversos aspectos. Além do papel de destaque na produção de biocombustíveis, o país é um dos principais produtores mundiais de alimentos. A tendência agrícola brasileira, evidenciada desde os períodos de colonização, é mantida até hoje, mesmo com as políticas ao longo do último século que deram prioridade a um modelo de substituição de importações, impulsionando o segundo setor brasileiro. Órgãos nacionais como a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, que estão voltados para a produção do conhecimento sobre agricultura intensiva em tecnologias e terras, constituem exemplos disso.

Em seus discursos em meio à crise alimentar, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a comunidade internacional deveria deixar a questão dos agrocombustíveis de lado, dando mais atenção às políticas protecionistas na área da agricultura, que desestimulam a produção de alimentos. Lula se apóia no fato de que os biocombustíveis são uma energia mais limpa que o petróleo. Segundo ele,

muitos dos que responsabilizam o etanol pelos altos preços dos alimentos são os mesmos que há décadas mantêm políticas protecionistas em prejuízo dos agricultores dos países mais pobres e dos consumidores de todo o mundo. (O Globo, 2008)

Lula é contrário à produção de biocombustíveis com a utilização de alimentos (como no caso do milho) mas, no caso brasileiro, o presidente

acredita que existem poderosos que pretendem atribuir à produção de etanol a responsabilidade pela inflação dos preços.

2. A segurança alimentar no Brasil

A defesa dos interesses do agronegócio é uma das prioridades do governo brasileiro. Porém, um importante dado pouco conhecido pela população brasileira é que, em termos de consumo doméstico, essa grande monocultura tem pouca importância. Segundo dados do governo, cerca de 70% dos alimentos que compõem a mesa do brasileiro vêm da agricultura familiar. Em outras palavras, essa é a atividade agrícola que garante a segurança alimentar nacional.

A participação da agricultura familiar como colchão amortecedor da crise no Brasil foi evidenciada por alguns atores nacionais. Enquanto os preços agrícolas subiram 83% nos últimos meses, a cesta básica brasileira subiu apenas 25% no mesmo período. Se de um lado as políticas do Ministério da Agricultura têm como principal objetivo a defesa dos interesses da agricultura para a exportação, outro Ministério do Governo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, busca políticas públicas voltadas para a pequena e média agricultura. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ainda que pouco desenvolvidos, são exemplos de como um país pode ajudar em nível nacional sua produção de pequena e média escala que, voltada para o mercado interno, é um importante ator no cenário crítico em que estamos (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2008a).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2008b), criado em 1995, tem como objetivo o fornecimento de crédito para assentados da reforma agrária e para a agricultura familiar em geral. Um de seus mais importantes instrumentos é o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) que protege os agricultores familiares contra eventos climáticos críticos – excesso de chuvas, secas, variação excessiva de temperatura e ventos fortes. Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Ministério de

Desenvolvimento Agrário, 2008c), é um programa previsto dentro do Programa Fome Zero, que incentiva a agricultura familiar através de compras de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e para a formação de estoques estratégicos. A operacionalização do Programa é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Em uma análise sobre a crise alimentar, o Banco Mundial buscou traçar algumas importantes estratégias públicas como instrumento para controle da crise. O Brasil apresenta-se como um país que dispõe de todos os mecanismos de proteção social indicados pela organização para estabilizar a crise alimentar.

Region: Latin America and Caribbean

Country	Economy-wide Policies				Existing Social Protection Programs			
	Reduce taxes on foodgrains ²	Increase supply using foodgrain stocks	Export restrictions	Price Controls/ Consumer Subsidies	Cash transfer	Food for work	Food ration/stamp	School feeding
Argentina				✓				
Bolivia*	✓							
Brazil					✓	✓	✓	✓
El Salvador	✓				✓			✓
Honduras	✓							✓
Jamaica				✓	✓			
Mexico				✓				
Panama	✓			✓				
Peru	✓							

-Fonte: World Bank, 2008d.

Dessa forma, fica evidente que essas políticas, enquanto provedoras da segurança alimentar, têm reconhecimento internacional e que, por isso, devem ser identificadas como prioritárias. Apesar de grandes avanços nas políticas de desenvolvimento agrário, muitos acreditam que o governo brasileiro não faz o suficiente para impulsionar essa produção agrícola.

Em 2000, um relatório conjunto da FAO e do Instituto Nacional para Reforma Agrária já indicava que a agricultura de base familiar mostrasse o inverso da agricultura com base no latifúndio e exibe um modelo alternativo de desenvolvimento. Esse modelo de produção combina alta produtividade, preservação ambiental, geração de empregos e renda e segurança alimentar de forma a potencializar o desenvolvimento territorial de áreas rurais do país, de forma sustentável.

Essas experiências contêm, ainda, princípios e conceitos que contribuem com o processo de sustentabilidade dentro na nova realidade imposta pelas mudanças climáticas a nível internacional. Elas reduzem a pobreza e a fome e são menos vulneráveis às mudanças climáticas (Marcatto; Strauch, 2008).

Em 2002, ao visitar o país, o Relator Especial da ONU para Direito à Alimentação assinalou os importantes avanços alcançados em forma de programas governamentais. Todavia, ressaltou os desafios de implementação desses programas, o que inclui a resistência das elites e a falta de recursos suficientes (United Nations, 2002). Para o relator, o modelo neoliberal abriu espaço para o desenvolvimento econômico, porém não contribuiu para a redução da desigualdade de renda.

Outro importante instrumento do governo brasileiro no que tange à segurança alimentar é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (2008). Criado em janeiro de 2003, o CONSEA é um instrumento que visa lançar diretrizes para ações governamentais na área da alimentação e nutrição. É um canal entre o governo e a sociedade civil e o responsável por acompanhar e propor programas que contribuam para a erradicação da fome no país.

Para Renato Maluf, presidente do CONSEA, a crise não é um mero desajuste da demanda e da oferta, mas uma questão sistêmica (Maluf, 2008). Portanto, para ele, os elementos do modelo agroalimentar que estão em questão precisam ser revistos (Presidência da República, 2008a). Em outras palavras, responder à crise através da reprodução da sua própria causa poderá distanciar a população mundial da resolução

do problema.

Renato Maluf defende a importância da agricultura familiar como um colchão amortecedor da crise no Brasil, mas ressalta que esse modelo de produção, sem o acompanhamento de políticas públicas, não é capaz de controlar o sistema. Daí a importância dos projetos federais voltados para essas áreas. Ainda, Maluf acredita que a maioria das respostas prioriza apenas o mercado e aqueles que lucram com a mercantilização dos alimentos. Em detrimento a essa visão, ele propõe o olhar para o direito humano à alimentação, que valoriza a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos e das famílias (Maluf, 2008).

Em resposta à crise alimentar, o CONSEA chamou a atenção para a opção de liberalização comercial e desregulamentação dos mercados, que reduz o poder regulatório do Estado na maioria dos países, privando-os de instrumentos de políticas econômicas capazes de lidar com a atual crise. Chamou atenção, ainda, para as atuais negociações da Rodada Doha, que pode gerar efeitos mais desestabilizadores à produção e comercialização de alimentos nos diversos países. Nesse dilema estaria, por exemplo, o PAA. Uma regulação mais restrita na área de compras governamentais poderia comprometer o programa, que vem gerando renda para pequenos agricultores e contribuindo para a erradicação da fome. Para o CONSEA, a crise é causa de diversos fatores.

A mercantilização dos alimentos tem favorecido o avanço do capital especulativo sobre os mercados de produtos agrícolas acentuando a instabilidade de preços e desestruturando os sistemas de produção e abastecimento nesses mercados. (Presidência da República, 2008b)

No que tange à questão dos biocombustíveis, Maluf concorda com a diferenciação entre o etanol do milho e o etanol da cana. Entretanto, a produção do etanol no Brasil pode levar a impactos relevantes no médio prazo. Para tanto, são necessários marcos regulatórios (limites do ponto de vista social e ambiental) para a produção dessa cultura. A disponibilidade de terras não é garantia de que uma produção não comprometerá outras (Presidência da República, 2008b).

3. Quem paga o preço?

Em meio à divisão da comunidade internacional quanto às principais causas da crise alimentar, um antigo debate reaparece com força: quem produz a nossa comida e como ela é produzida. A experiência brasileira mostra a importância da agricultura familiar na manutenção da segurança alimentar nacional. Ainda, o já mencionado relatório do Banco Mundial coloca políticas públicas com foco em pequenos fazendeiros como uma importante alternativa para a crise.

Em 29 de março de 2008, seis importantes especialistas sobre as questões que afetam o futuro da produção global participaram de um debate promovido pela BBC World, IFAD (*International Fund for Agriculture Development*) e TVE (*Television for the Environment*) “Food – Who Pays the Price?” (IFAD, 2008). No debate, os dois caminhos foram defendidos por cada um dos lados. Aqueles em favor da agricultura familiar acreditam que esse modelo de desenvolvimento é o único em consonância com os desafios das mudanças climáticas. Do outro lado, representantes de empresas que trabalham com a agroindústria defendem que o modelo é o único capaz de produzir o suficiente para alimentar a população mundial.

Enquanto na situação brasileira podemos contar com a participação da agricultura familiar para o alcance da segurança alimentar nacional, em outros países muitos pequenos agricultores, com dificuldade de sobreviver no campo, deixam sua plantação e vão tentar a vida em áreas urbanas. Assim, é preciso que a comunidade reflita quais são as melhores alternativas a seguir: se a agricultura industrial é o melhor caminho para garantir a demanda por alimentos, ou se o desenvolvimento de atividades agrícolas, em nível local, utilizando-se de apoio público e práticas agrícolas tradicionais, é o caminho capaz de garantir a segurança alimentar no mundo.

Se não analisarmos nossas práticas correntes podemos colocar ainda mais em risco o futuro das próximas gerações. O comprometimento do

meio ambiente pode tornar impossível o modo de vida que conhecemos. Assim, é preciso que o homem restaure a sua harmonia com a natureza. Sem dúvida, é preciso pensar em mecanismos que aumentem a produção de alimentos, porém, é preciso considerar também os impactos sociais e ambientais dessas ações. A globalização econômica não pode ser feita em detrimento da garantia e do fortalecimento internacional da segurança de vida das pessoas pobres (Swaminathan, 2002).

As duas opções de agricultura que se apresentam no Brasil também são analisadas internacionalmente da mesma forma. O papel da agricultura familiar foi destacado na crise alimentar, principalmente pela FAO e por organizações e relatores ligados ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. A crise dos alimentos foi o tema principal da Conferência da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia que aconteceu de 3 a 5 de junho de 2008.

Segundo o relatório da Conferência, é comum ver os Estados cooperarem por intermédio de ajuda humanitária, em casos de desastres naturais. Porém, esse compromisso com a erradicação da fome deve ir além de situações emergenciais resultantes de catástrofes. Os Estados devem cooperar para estabelecer um ambiente internacional que conduza à realização do direito à alimentação adequada em nível nacional. O direito à alimentação deve ser visto como um tema que não se restringe à questão dos direitos humanos. Nos debates sobre mudanças climáticas, comércio internacional e desenvolvimento, os Estados devem ter em mente seus compromissos com a erradicação da fome.

A dicotomia entre modelos fica evidente nos discursos apresentados por Olivier de Schutter, atual relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, na 8ª sessão do Conselho de Direitos Humanos³. O Relator

³ A resolução A/60/L.48 da Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu, em 15 de março de 2006, o Conselho de Direitos Humanos, de forma a fortalecer os mecanismos de

apontou para o órgão os resultados da Conferência da FAO. Segundo seu relatório final apresentado para o Conselho:

A Declaração final enfatizou, por um lado, a necessidade de apoiar os agricultores familiares – que representam 1.5 bilhões de pessoas, ou 500 milhões de famílias, que vivem em terras de 2 ou menos hectares. Por outro lado, insistiu no comércio Internacional e em melhorias de acesso a mercados globais como um meio de melhorar a produtividade da agricultura. (De Schutter, 2008)

De Schutter (2008) coloca que ambos os modelos têm um papel na resolução da crise. Porém não se sabe até que ponto esses dois modelos podem coexistir. Dessa forma, ele se pergunta em que medida valeria a pena a comunidade manter o mesmo modelo de produção agrícola que a levou à crise alimentar e que, apesar de grandes avanços, nunca foi capaz de erradicar a fome:

Como os agricultores familiares, particularmente na África subsaariana, não se beneficiam de infra-estruturas, tecnologias, acesso a crédito e seguro para questões climáticas e acesso a insumos a preços acessíveis, a liberalização comercial não os beneficiará; eles também não poderão aproveitar a oportunidade apresentada atualmente pelo aumento dos preços dos alimentos. Consequentemente, nós nos perguntamos se não estamos correndo o risco de repetir erros passados, ao nos focar em solução de cunho tecnológico, ao invés de facilitar a emergência de soluções locais, uma solução de “baixo para cima”, mais dependente na participação e necessidades da agricultura familiar. Numa apresentação estilizada dos modelos de desenvolvimento que estão competindo, um modelo pauta-se em soluções prontas, no desenvolvimento de tecnologias, incluindo biotecnologia e culturas geneticamente modificadas; a produção de monoculturas para exportação (...). Outro modelo considera preferivelmente a agricultura sustentável; a agricultura, nessa visão alternativa, deve ser promovida a fim de assegurar a seu próprio alimento, ou, pelo menos, a fim prover as necessidades de consumo doméstico. (De Schutter, 2008)

proteção dos Direitos Humanos. O Conselho passou a ter as mesmas atribuições que a Comissão de Direitos Humanos.

Uma vez que a liberalização comercial e o desenvolvimento da agroindústria impossibilitam a atividade agrícola pautada na agricultura familiar, o impasse torna-se mais complicado ainda de se resolver. De Schutter (2008) afirma em seu discurso que, ao mesmo tempo em que membros da sociedade civil a favor da agricultura familiar se organizavam em uma reunião, um fórum paralelo de companhias do setor privado discutia a contribuição da Aliança para a Revolução Verde na África, tornando impossível o diálogo entre esses dois atores.

Precisamos com urgência desconstruir as representações por detrás desses dois modelos opostos. A porta aberta para a participação de organizações da sociedade civil, particularmente, organizações que representa agricultores, foi notavelmente insuficiente. (...) Um fórum da sociedade civil foi organizado: infelizmente, ao mesmo tempo em que ele ocorria, um fórum paralelo do setor privado, discutia as contribuições da Aliança para a Revolução Verde na África. (De Schutter, 2008)

Assim, a conclusão a que podemos chegar é que não basta apenas olhar para os acontecimentos presentes para uma compreensão detalhada da crise dos alimentos. É preciso também entender quais estratégias foram traçadas no passado e quais devem ser as estratégias que escolheremos no presente para o momento futuro. A crise abre, então, um importante debate para repensar nossas ações do passado que se refletem no presente. Em 1946, Josué de Castro colocava que:

a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares não podem ser vistos como fenômenos exclusivamente econômicos, mas como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (Castro, 1946)

Longe de cair em um anacronismo, muitos atores internacionais e nacionais ainda defendem esse discurso. Fica a sensação de que, então, as medidas do passado foram incapazes de resolver o problema da fome em sua totalidade.

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves, expoente brasileiro da ecopolítica:



a monocultura de alimentos (e outras) é, em si mesma, a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar na medida em que, por definição, a monocultura não visa alimentar quem produz e, sim, a mercantilização do produto. O mais desejado não é a qualidade, mas a quantidade. Não raro as regiões especializadas em agricultura de exportação, sobretudo na Ásia, na África e na América Latina e Caribe, vivem frequentemente diante da insegurança alimentar, não só porque os melhores solos são destinados a produzir para fora, como é concentrada a propriedade de terra. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 213)

É preciso ter em mente a origem da palavra cultura: do latim, *colere*, que significa cultivo. Que “agri” devemos escolher? O negócio, ou a cultura? (Porto-Gonçalves, 2006, p. 208).

Se em 1946 Josué de Castro chamava a atenção para a importância de se combater a fome, hoje, em 2008, aos 100 anos de seu aniversário de nascimento, o desafio por ele lançado ainda permanece no Brasil e no mundo.

Referências Bibliográficas:

BERMANN *et al.* Desafios e perspectivas dos agrocombustíveis no Brasil: a agricultura familiar face ao etanol da cana-de-açúcar, e ao biodiesel da soja, mamona e dendê. *In: Agrocombustíveis e a Agricultura Familiar e Camponesa: Subsídios ao Debate*. Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

CONSELHO Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). 2008. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/Consea/exec/index.cfm>>. Acesso em: 03

out. 2008.

DE SCHUTTER, Olivier. **Statement of the UN Special Rapporteur on the Right to Food, Olivier de Schutter**. Office of the High Commissioner for Human Rights. 2008. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/issues/food/docs/StatementOdS060608.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2009.

FOLHA de São Paulo. **UE aprova estímulo a biocombustíveis, mas limita uso de cereais**. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u443788.shtml>>. Acesso em: 03 out. 2008.

FOOD and Agriculture Organization (FAO). **Crop prospects and Food Situations**, n. 2, April 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/ai465e/ai465e02.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

GLOBO, O. **Lula defende biocombustíveis e culpa petróleo e protecionismo pela atual crise dos alimentos**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/06/03/lula_defende_biocombustiveis_culpa_petroleo_protecionismo_pela_atual_crise_dos_alimentos-546631770.asp>. Acesso em: 29 set. 2008.

GRAIN. **Against the grain**. 2008. Disponível em: <<http://www.grain.org/articles/?id=39>>. Acesso em: 03 out. 2008.

INSTITUTO Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE). **Mudanças Climáticas e Segurança energética no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.climaenergia.ppe.ufrj.br/index.php>>. Acesso em: 03 out. 2008.

INTERGOVERNMENTAL Panel on Climate Change (IPCC). 2007. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/ipccreports/assessments-reports.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

INTERNATIONAL Fund for Agriculture Development (IFAD). **Who pays the price?** 2008. Disponível em: <<http://www.ifad.org/media/video/food/>>. Acesso em: 29 set. 2008.

INTERNATIONAL Monetary Fund. **IMF Survey: High Oil Prices Challenge Policymakers.** 2008. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2007/RES1120A.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

LAND Research Action Network. **Relator da ONU culpa biocombustíveis e especulação pela crise dos alimentos.** 2008. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article303>>. Acesso em: 03 out. 2008.

MALUF, Renato. **Carta ao Presidente da República.** E.M. nº 004-2008/CONSEA, 30 mai. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Consea/static/agenda/Plen%E1rias2008/080529/EM_004_Crise_Sistema_alimentar_global%20final-1.pdf>. Acesso em: 01 set 2009.

MARCATTO, Celso; STRAUCH, Guilherme. Agroecological Systems: Helping mitigate the effects of climate Change. **Food Files**, n. 2, p. 13-16, 2008.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Agrário. **O Brasil e a crise mundial de alimentos.** 2008a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/137/codInterno/17020>>. Acesso em: 03 out. 2008.

_____. **Portal SAF.** 2008b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php>>. Acesso em: 03 out. 2008.

_____. **Portal SAF.** 2008c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=386>>. Acesso em: 03

out. 2008.

MITCHEL, Donald. A Note on Rising Food Prices. World Bank. **Policy Research Working Paper**. Development Prospects Group. No. 4682, 2008.

MORENO, Camila. Biofuels and Food Security: questions towards a critical debate. **Food Files**, n. 2, p. 42-44, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRESIDÊNCIA da República. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2008a. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/Consea/exec/index.cfm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

_____. **Crise dos alimentos não é passageira, é sistêmica**. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/static/noticias/080701_RenatoMaluf.html>. Acesso em: 03 out. 2008.

SWAMINATHAN, Monkombu. Global Food Security for tomorrow. In: **Human Development and the environment**. The United Nations University, 2002.

UNITED Nations. Economic and Social Council. **Report by the Special Rapporteur on the right to food, Mr. Jean Ziegler, submitted in accordance with Commission on Human Rights resolution 2000/10**. Addendum - MISSION TO BRAZIL. 2002. Disponível em: <[http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/\\$FILE/G0310067.pdf](http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/$FILE/G0310067.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2009.

UNITED States Department of Agriculture. **Rising Food Prices Intensify Food Insecurity in Developing Countries**. 2008. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/AmberWaves/February08/Features/Rising>>

Food.htm>. Acesso em: 29 set. 2008.

UOL Economia. **Petróleo fecha a preço recorde de US\$ 140,21 em Nova York.** 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/efe/2008/06/27/ult1767u123046.jhtm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

WILKINSON, John; HERRERA, Selena. Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil. **Agrocombustíveis e a Agricultura Familiar e Camponesa: Subsídios ao Debate.** Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

WORLD Bank. **Rising food Prices: Policy options and World Bank responds.** 2008a. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/risingfoodprices_backgroundnote_apr08.pdf>. Acesso em: 29 set. 2008.

_____. **News and Broadcast - Rising Food Prices Threaten Poverty Reduction.** 2008b. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:21722688~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>>. Acesso em: 29 set. 2008.

_____. **Global Monitoring Report: MDGs and the Environment - An Agenda for Inclusive and Sustainable Development.** 2008c.

_____. **Country Policy Responses.** Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/risingfoodprices_chart_apr08.pdf>. Acesso em: 03 out. 2008.